



Nº 11

Novembro

2022

Desafios da transição em nossa realidade institucional

Humberto Dantas ¹

Existe distância grande, no Brasil, entre o que está escrito na regra e o que é vivido na prática. Quem explicaria isso bem seria Douglass North, e sua Teoria Institucional, que dá conta de explicar que instituições podem ser formais ou informais, eficientes ou ineficientes para dado fim. Este fim, nas descrições do autor, está atrelado mais ao capitalismo, ou ao desenvolvimento econômico no longo prazo de algumas sociedades. Mas poderíamos trocar essa concepção por uma tentativa de pensar o que é eficiência e ineficiência para os fins de uma democracia. Nesse caso, certamente, transições de governo são desafios expressivos no Brasil.

Faz alguns anos coleciono histórias de passagem de poder no país, sobretudo, entre grupos adversários em realidades municipais. Já ouvi de tudo: sumiço das chaves da Prefeitura na véspera da posse; desaparecimento de componentes de computadores oficiais, com destaque para os discos rígidos; distribuição de fezes humanas pela sede do Executivo; roubo de impressoras na véspera da posse por funcionários comissionados que seriam exonerados e; até mesmo, a “instalação” na mesa do prefeito de cobra venenosa encontrada na gaveta. Tudo isso ocorre, pois existe uma distância entre o que está escrito legalmente e o que é praticado.

Em 2002, o país trocou de grupo no poder. Fernando Henrique Cardoso (PSDB), eleito como sucessor de Itamar Franco em 1994 e reeleito em 1998, deixou o poder depois de, ao menos, 10 anos de um grupo similar no poder, pois Itamar assumira o governo em setembro de 1992 sob a abertura do impeachment de Fernando Collor. Para tanto, se constituiu no ambiente federal a lei 10.609/2002, que garante uma lógica de civilidade e republicanismo à simbólica passagem de faixa entre presidentes. O Brasil viveu esse instante somente mais uma vez entre grupos distintos: quando Jair Bolsonaro assumiu, venceu as eleições e sucedeu a Michel Temer. Aqui o impacto foi pequeno, pois os grupos encontraram facilidade para trabalhar.

Em 2002 e em 2022, em tese, estariam os maiores desafios, e as maiores distâncias entre quem sai e quem entra. Mas é possível afirmar que por força de espírito no governo FHC e por força da lei no governo Bolsonaro as coisas ocorrem, ou ocorreram, de forma minimamente civilizada, em que pesem acusações de limpeza de discos rígidos no Planalto na atual transição, e uma absoluta falta de vontade de o atual mandatário passar a faixa para seu sucessor e maior adversário político.

Pela lei, o que é possível realizar é a nomeação de até 50 servidores provisórios de forma remunerada, o que não impede a existência de grupos de trabalho compostos por voluntários. É o que Lula, o PT e o vice Geraldo Alckmin parecem preocupados em fazer. Cerca de 300 pessoas já foram escaladas, sendo que organismos públicos do Estado brasileiro, controlados pelo atual governo, estão à disposição, e o processo parece seguir normalmente. O Tribunal de Contas da União, inclusive, chegou a apresentar relatórios com conteúdos associados a pontos de atenção associados à corrupção e questionamentos legais. Os militares encaminharam percepções sobre o que seria o próximo governo e a área da Defesa, e diversas organizações não-governamentais enviaram relatórios sobre suas áreas de atuação, além de pedidos, solicitações e negociações de toda natureza que apareceram sobre a mesa.

Mas nada parece chamar mais a atenção do que dois pontos centrais: a Proposta de Emenda Constitucional que autorizaria o futuro governo a estourar, mais uma vez, o teto de gastos públicos nacional, e a formulação do futuro ministério. Sobre o primeiro ponto, para além de uma guerra de narrativas, as principais articulações se dão em torno do volume que

¹ Humberto Dantas – cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS



poderá ser ultrapassado, sobre a possibilidade de tal movimento ser autorizado por mais de um ano e para a tentativa de se retirar de tal cálculo os programas de distribuição de renda às populações mais vulneráveis. Esses três pontos movimentam



o mercado financeiro, mas também o universo político. Isso porque não parece haver qualquer possibilidade de se chegar a uma proposta passível de aprovação no Congresso Nacional sem a solução para uma equação: qual o tamanho dos partidos nas estruturas do futuro governo em termos de cargos, posições e controle de políticas públicas; quem serão os nomes apoiados para a Presidência das casas congressuais pelos partidos, principalmente, do Centrão e da esquerda com especial atenção às desejadas reeleições de Arthur Lira (PP-AL) na Câmara e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) no Senado e; qual a chance de as emendas do relator, sob caráter

secreto, continuarem a ser pagas de forma opaca sem a interferência do Supremo Tribunal Federal.

Perceba: estamos falando de uma medida de alteração constitucional atrelada a gastos públicos que consolida promessas de campanha dos dois adversários que disputaram o segundo turno associada a diversos elementos complexos. Nada parece fácil. Isso porque, lembremos, Lula foi eleito em cenário de extremidade e o país está cindido. Ele sabe disso, pois esse foi o tom de seu discurso. Mas como conter ímpetos de vingança, sede por poder e vontade de levar conflitos adiante? Difícil. Mas uma coisa é certa: o futuro governo não terá a famosa “lua de mel” com a sociedade, tampouco com o Congresso Nacional.

Mas ainda falta pensar o segundo ponto do início do parágrafo anterior: a formação do ministério. Muitos dos nomes aventados até aqui sobrecarregam a esquerda. Nomes do PT abundam. Não existe a menor chance de o presidente cair nessa armadilha se quiser governar. Ceder espaço será essencial. Os meios de comunicação, até agora, dão conta de um alargamento ministerial. No time da transição existem mais de 30 grupos de trabalho, o que em termos temáticos deve reproduzir a esplanada. Quem ficará com qual espaço? Representantes de Lula afirmam que haverá um civil na pasta da Defesa, que controla as forças armadas. Também se

indica que Fernando Haddad (PT) estará na Fazenda, Flávio Dino (PSB) na Justiça, Izolda Cella (ex-PDT) poderá ir para a educação, e que petistas como Camilo Santana, Jacques Wagner, Aloízio Mercadante, Wellington Dias, Rui Costa, João Pedro Estédile, Gleisi Hoffmann, Juca Ferreira estarão no poder. Além disso, mais esquerdistas: Guilherme Boulos (PSOL), Marina Silva (Rede) e Márcio França (PSB). Cabe tanta gente de um só campo, diante de um Congresso bem mais à direita? O contraponto a tais nomes são os de Simone Tebet (MDB), dois políticos do PSD, alguns nomes raros do PP. Percebe? A conta não fecha.

Assim, a equipe de transição mostra que tem diante de si desafios complexos. Lula tratou de arrefecer especulações dizendo que os nomes escalados agora não serão, necessariamente, ministros. E nada de nomes. Em 2002, por exemplo, só em 10 de dezembro saíram os dois primeiros titulares: Antônio Palocci na Fazenda e Marina

Silva no Meio Ambiente. E assim vamos notando os desafios de uma equipe de transição: acomodar egos, sinalizar políticas, agradar, fazer afagos, excluir alguns, delimitar, avaliar o presente para o planejamento do futuro, sinalizar mudanças e desenhar o que seriam os 100 primeiros dias de governo em termos de medidas mais rápidas. Voltando ao debate inicial, e diante do que temos, nitidamente percebemos, formal e informalmente, que eleição é uma coisa, transição é outra, e governo é uma terceira. A eleição é uma corrida de 100 metros rasos, rápida e intensa. A segunda um revezamento, onde o desafio maior é a passagem de bastão. E a terceira uma maratona. O atletismo político pode ser o mesmo, mas notemos: as modalidades são bem distintas e desafiadoras.



As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não são necessariamente opiniões da Fundação Konrad Adenauer.